# PROFESSORES INICIANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE FEIRA DE SANTANA, BAHIA (2012-2022)

Elida Aires de Oliveira[1]
Jorge Antônio da Cruz Santos[2]

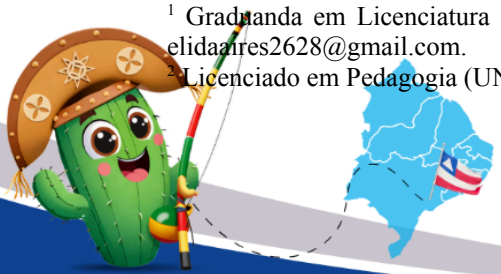
## Introdução

As discussões acerca da formação continuada de professores iniciantes têm adquirido crescente relevância no campo educacional brasileiro, especialmente no contexto da Educação Infantil, etapa que exige práticas pedagógicas específicas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças. O ingresso na carreira docente representa um período marcado por desafios, inseguranças, adaptação à realidade escolar e construção da identidade profissional. Esse cenário exige compreender como as políticas públicas educacionais têm buscado apoiar os docentes em início de carreira.

No Brasil, apesar do reconhecimento da importância da formação docente, as políticas estruturadas voltadas especificamente aos desafios inerentes à inserção profissional de professores iniciantes ainda são limitadas. Muitas ações de formação continuada ocorrem de forma fragmentada, pontual e desarticulada das necessidades formativas concretas vivenciadas pelos docentes em seus primeiros anos de atuação. Essa realidade torna-se ainda mais contundente na Educação Infantil, uma vez que os profissionais dessa etapa necessitam desenvolver saberes profissionais relacionados ao cuidado, à escuta, às interações, às brincadeiras e ao estabelecimento de vínculos com as crianças e suas famílias.

Diante desse contexto, o presente resumo resulta de uma pesquisa que tem como foco de análise as políticas e ações institucionais implementadas pela gestão municipal de Feira de Santana, no período de 2012 a 2022, para garantir a formação continuada de professoras iniciantes da Educação Infantil. A escolha do município justifica-se por sua relevância educacional, considerando que Feira de Santana é o segundo maior município da Bahia e possui uma ampla rede pública de ensino, atendendo aproximadamente 54 mil estudantes. Nesse sentido, investigar as políticas de formação continuada destinadas às professoras iniciantes da Educação Infantil torna-se relevante para refletir sobre a valorização docente, o desenvolvimento profissional e o fortalecimento das políticas públicas educacionais.

[1] Graduanda em Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual de Feira de Santana, (UEFS). E-mail: elidaaires2628@gmail.com.
[2] Licenciado em Pedagogia (UNEB). Mestrando em Educação (UEFS). E-mail: santos1308cruz@gmail.com.



O referencial teórico da pesquisa apoia-se em autores que discutem o início da docência, a formação continuada e a Educação Infantil. Dentre eles, destacam-se Marcelo García (1999) que compreende o professor iniciante como aquele que aprende a ensinar a partir do exercício da prática profissional. Sousa, Gurgel e Farias (2021) destacam que o início da docência constitui uma fase singular de aprendizagem e construção identitária. No campo da formação continuada, Candau (1996) critica modelos restritos à atualização de conteúdos, enquanto Cruz, Farias e Hobold (2020) defendem processos de indução profissional baseados em acompanhamento sistemático, acolhimento e suporte pedagógico

O estudo tem como objetivo analisar as políticas e ações institucionais instituídas pela gestão educacional de Feira de Santana, entre 2012 e 2022, voltadas à formação continuada de professoras iniciantes da Educação Infantil. Busca-se ainda: a) identificar orientações presentes em documentos oficiais; b) verificar a existência de políticas específicas para docentes em início de carreira; c) problematizar os pressupostos que orientam os programas de formação continuada desenvolvidos no referido município.

**Método**

A pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, visto que essa perspectiva permite uma compreensão mais aprofundada das políticas públicas e das concepções que orientam os processos formativos destinados às professoras iniciantes. Outrossim, o estudo fundamenta-se na análise documental de legislações e documentos oficiais da gestão educacional municipal, sendo analisados especificamente o Plano Municipal de Educação (PME) — Lei nº 3.651, de 16 de dezembro de 2016 — e a Lei Complementar nº 01/94, que dispõe sobre o Estatuto, Previdência e Sistema de Carreira dos Servidores do Município de Feira de Santana e de suas Autarquias e Fundações, por se constituírem como importantes instrumentos normativos relacionados às políticas de formação docente, valorização profissional e organização da carreira do magistério na rede municipal de ensino.

A análise documental utilizou um roteiro elaborado com base nos objetivos específicos da pesquisa para identificar as orientações, metas e diretrizes da formação continuada na rede municipal. Buscou-se verificar se o Plano Municipal de Educação e o Estatuto do Magistério contemplam políticas específicas para docentes em início de carreira, especialmente na Educação Infantil. Além disso, a análise procurou identificar os marcos legais que



fundamentam tais propostas e os pressupostos teórico-conceituais que orientam as políticas e programas de formação continuada do município.

**Discussão e Resultados**

A análise dos documentos e programas institucionais evidencia que a formação continuada ocupa lugar central nas políticas educacionais do município de Feira de Santana. O Plano Municipal de Educação reconhece que "as políticas públicas no município precisam se efetivar em ações para uma educação de qualidade" e destaca a necessidade da construção de "espaços democráticos e participativos" voltados à formulação, avaliação e fortalecimento das políticas educacionais da rede municipal de ensino (Feira de Santana, 2016, p. 24).

No contexto da Educação Infantil, o PME apresenta orientações relacionadas à formação continuada dos profissionais da área ao defender a necessidade de "promover a reflexão sobre a estrutura organizacional e ação educativa que a instituição desenvolve, o currículo, o tempo escolar, a organização dos espaços, a formação de seus professores" (Feira de Santana, 2016, p. 31). Além disso, o documento prevê "espaços e tempos de formação contínua dos profissionais da educação infantil", tanto por meio de estudos específicos quanto pela discussão das experiências cotidianas das docentes (Feira de Santana, 2016, p. 31). Esses elementos demonstram uma compreensão da formação continuada como processo permanente de reflexão sobre a prática pedagógica e sobre os desafios presentes no cotidiano escolar. Nesse sentido, Candau (1996) afirma que a formação continuada precisa estar articulada às experiências concretas vividas pelos professores no espaço escolar. Essa articulação visa superar ações fragmentadas e desvinculadas do cotidiano escolar, promovendo reflexões críticas sobre a prática pedagógica.

Essa concepção também se faz presente no Estatuto do Magistério ao assegurar a qualificação profissional como direito do servidor docente. O documento garante ao pessoal do Magistério o direito de receber "assistência técnica" de forma que "a qualificação profissional, como pressuposto da valorização do servidor público, compreenderá programa de cursos regulares de aperfeiçoamento e especialização" contemplando aspectos de desenvolvimento profissional docente (Feira de Santana, 1994, p. 48). Observa-se, portanto, que os documentos oficiais do município reconhecem a formação continuada como direito profissional e como mecanismo importante para o fortalecimento da carreira docente.



O Estatuto determina que a qualificação profissional é uma atividade contínua, elaborada anualmente no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, devendo ser "planejada, organizada e executada de forma integrada ao plano de carreira". Suas diretrizes têm como objetivos "criar condições para o constante aperfeiçoamento do ensino público municipal" e "atualizar conhecimentos adquiridos para melhor qualificação do pessoal docente" (Feira de Santana, 1994, p. 48). Esses dispositivos dialogam com a perspectiva de García (1999), que compreende o desenvolvimento profissional docente como um processo contínuo de aprendizagem, de construção da identidade e de aperfeiçoamento da prática pedagógica ao longo da carreira.

Entretanto, embora os documentos analisados evidenciem preocupação com a valorização docente e com a formação continuada, observa-se que as ações direcionadas especificamente às professoras iniciantes ainda apresentam fragilidades estruturais. Em muitos casos, as propostas formativas voltam-se ao conjunto dos docentes da rede, sem considerar as especificidades do início da carreira e os desafios próprios do processo de inserção profissional. Essa lacuna corrobora as discussões de André (2012), que afirma que o Brasil ainda carece de políticas públicas consistentes destinadas aos professores iniciantes.

Os resultados indicam que existem iniciativas de formação continuada promovidas pela gestão municipal; contudo, essas ações frequentemente assumem caráter pontual e esporádico. Embora o Plano Municipal de Educação reconheça que "o êxito das ações para melhorar a qualidade da Educação Básica depende de uma vigorosa Política de Valorização dos Profissionais da Educação" (Feira de Santana, 2016, p. 100), verifica-se que as diretrizes presentes no documento ainda aparecem de forma ampla e genérica, sem explicitar programas, mentoria ou acompanhamento sistemático de indução profissional voltados às professoras em início de carreira.

Do mesmo modo, apesar de o Estatuto do Magistério assegurar o aperfeiçoamento e a atualização profissional como direitos dos docentes, não há dispositivos específicos direcionados ao acompanhamento das professoras iniciantes durante o processo de inserção profissional. Essa ausência dialoga com Cruz e Hobold (2020), ao defenderem que a inserção docente exige políticas de indução estruturadas e intencionais, capazes de oferecer apoio, acompanhamento e condições formativas aos professores iniciantes nos primeiros anos da carreira.



**Conclusões**

Conclui-se que as políticas de formação continuada desenvolvidas em Feira de Santana entre 2012 e 2022 demonstram avanços no reconhecimento da importância da formação docente, especialmente na Educação Infantil. Contudo, ainda existem limitações significativas relacionadas à ausência de políticas específicas voltadas às professoras iniciantes.

Assim, embora existam ações formativas promovidas pela rede municipal, estas ainda se apresentam, em muitos casos, de forma ampla, pontual e pouco articulada às demandas próprias do início da carreira docente. Assim, percebe-se que persistem lacunas no que se refere à consolidação de programas permanentes de indução profissional, acompanhamento pedagógico e suporte institucional destinados às docentes em processo de inserção profissional.

Desse modo, torna-se necessário ampliar o debate sobre políticas de formação docente no município, considerando as especificidades da Educação Infantil e as necessidades vivenciadas pelas professoras iniciantes no cotidiano escolar. Além disso, destaca-se a importância da implementação de políticas públicas mais estruturadas e contínuas, capazes de articular formação, valorização profissional e acompanhamento institucional. Espera-se, portanto, que este estudo contribua para fortalecer as discussões acerca da formação continuada e da indução docente, subsidiando futuras ações e políticas educacionais voltadas à valorização, permanência e desenvolvimento profissional das professoras da rede pública de ensino.

**Palavras-chave:** Formação continuada; Professores iniciantes; Educação Infantil; Políticas educacionais; Desenvolvimento profissional.

**Referências**

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Políticas e programas de apoio aos professores iniciantes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 112-129, jan./abr. 2012.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti (org.). **Formação de professores: tendências atuais**. São Carlos: EdUFSCar, 1996.

CRUZ, Giseli Barreto da; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; HOBOLD, Márcia de Souza. Indução docente e formação de professores iniciantes. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 18, p. 1-35, 2024.



FEIRA DE SANTANA. **Plano Municipal de Educação de Feira de Santana.** Feira de Santana: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2016.

FEIRA DE SANTANA. Lei Complementar nº 01/94. Dispõe sobre o Estatuto, Previdência e Sistema de Carreira dos Servidores do Município de Feira de Santana e de suas Autarquias e Fundações. Feira de Santana: Prefeitura Municipal, 1994.

GARCÍA, Carlos Marcelo. **Formação de professores: para uma mudança educativa.** Porto: Porto Editora, 1999.

SOUSA, Antonio Carlos de; GURGEL, Iure Coutre; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Professores iniciantes na educação básica em tempos pandêmicos. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 3, p. 1-12, 2021.

